



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça

Publicado no Diário da Justiça

Em 08 de 10 de 99

Secretaria Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 23/99

Regulamenta o art. 7º da Lei Federal 9.534/97 e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista decisão do colegiado, em sessão realizada nesta data resolve aprovar o seguinte:

Art. 1º - Ficam instituídos os serviços itinerantes de registros, junto aos atuais Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais, de acordo com o que determina o art. 7º, da Lei 9.534/97.

Art. 2º - Os serviços itinerantes de registros, serão prestados junto às comunidades locais, respeitados os atuais limites de cada circunscrição, em dias alternados e de acordo com escala e horários previamente estabelecidos pelos Oficiais, com a anuência do Juiz dos Registros Públicos de cada Comarca.

Art. 3º - O Juízo competente fiscalizará e zelará pelo bom funcionamento dos serviços itinerantes, podendo fazer intervenções e modificações, visando à melhoria no atendimento à população.

Art. 4º - Para a viabilização do apoio previsto no art. 7º, da Lei 9.534/97, os Oficiais poderão, através da Associação Representativa dos Notários e Registradores (**ANOREG-PB**), com a interveniência do Poder Judiciário, firmar convênios com os poderes públicos estadual e municipal, visando ao custeio da implantação e manutenção dos serviços constantes do artigo 1º, bem como à indenização das despesas com as diligências necessárias à sua realização.

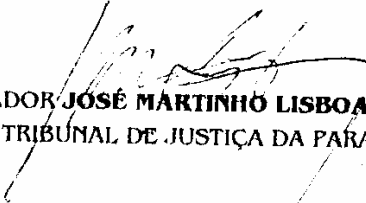
Art. 5º - O valor da diligência efetuada, será no máximo, 1/5 do valor estipulado no item XIII, Tabela "F" da Lei Estadual 5.672/92.

Art. 6º - Para o recebimento do custeio, os Oficiais do Registro Civil, Nascimento e Óbito, deverão antes de prestar contas ao Poder Público conveniente, apresentar, mensalmente, ao Juiz dos Registros Públicos, relação nominal dos beneficiados, que será confrontada com os assentamentos originais, e receberá o visto do respectivo Juiz.

Parágrafo único - O custeio devido aos registradores submetidos a convênios, poderá, existindo cláusula constitutiva, ser reduzido de até 50% (cinquenta por cento) da Tabela supracitada.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL PLENO, em João Pessoa, 22 de setembro de 1999.


DESEMBARGADOR JOSÉ MARTINHO LISBOA
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

RESOLUÇÃO Nº 23/99 Regulamenta o art. 7º da Lei Federal 9.534/97 e dá outras providências. **O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista decisão do colegiado, em sessão realizada nesta data resolve aprovar o seguinte: **Art. 1º** - Ficam instituídos os serviços itinerantes de registros, junto aos atuais Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais, de acordo com o que determina o art. 7º, da Lei 9.534/97. **Art. 2º** - Os serviços itinerantes de registros, serão prestados junto às comunidades locais, respeitados os atuais limites de cada circunscrição, em dias alternados e de acordo com escala e horários previamente estabelecidos pelos Oficiais, com a anuência do Juiz dos Registros Públicos de cada Comarca. **Art. 3º** - O Juízo competente fiscalizará e zelará pelo bom funcionamento dos serviços itinerantes, podendo fazer intervenções e modificações, visando à melhoria no atendimento à população. **Art. 4º** - Para a viabilização do apoio previsto no art. 7º, da Lei 9.534/97, os Oficiais poderão, através da Associação Representativa dos Notários e Registradores (**ANOREG-PB**), com a interveniência do Poder Judiciário, firmar convênios com os poderes públicos estadual e municipal, visando ao custeio da implantação e manutenção dos serviços constantes do artigo 1º, bem como à indenização das despesas com as diligências necessárias à sua realização. **Art. 5º** - O valor da diligência efetuada, será no máximo, 1/5 do valor estipulado no Item XIII, Tabela "T" da Lei Estadual 5.672/92. **Art. 6º** - Para o recebimento do custeio, os Oficiais do Registro Civil, Nascimento e Óbito, deverão antes de prestar contas ao Poder Público conveniente, apresentar, mensalmente, ao Juiz dos Registros Públicos, relação nominal dos beneficiados, que será confrontada com os assentamentos originais, e receberá o visto do respectivo Juiz. **Parágrafo único** - O custeio devido aos registradores submetidos a convênios, poderá, existindo cláusula constitutiva, ser reduzido de até 50% (cinquenta por cento) da Tabela supracitada. **Art. 7º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL PLENO**, em João Pessoa, 22 de setembro de 1999.


DESEMBARGADOR JOSÉ MARTINHO LISBOA - PRESIDENTE

Publicado no Diário da Justiça

Em 08 de Outubro de 1999

SUBSECRETARIA ADMINISTRATIVA